

Nos termos dos artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, convida-se V. Exa. a apresentar proposta para a **Aquisição de concertos, em regime de prestação de serviços à Associação Norte Cultural – Orquestra do Norte, na área da programação cultural anual para o ano de 2025**, de acordo com as Cláusulas Técnicas descritas na PARTE II do Caderno de Encargos, em anexo.

1 - Entidade adjudicante: Município de Amarante, NIF 501102752, pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, com sede na Alameda Teixeira de Pascoes, 4600-011, Amarante, [geral@cm-amarante.pt](mailto:geral@cm-amarante.pt) / [www.cm-amarante.pt](http://www.cm-amarante.pt).

2 - Órgão responsável pela decisão: Vice-Presidente da Câmara Municipal de Amarante, no exercício das competências conjugadas no artigo 18.º, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6 e artigo 35.º, n.º 1, al. f) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.

3 - Tipo de procedimento: Ajuste Direto nos termos da subalínea i) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24º do CCP.

4 - Documentos que integram a proposta:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborado em conformidade com o Modelo constante do Anexo I, ao presente convite do procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante legalmente autorizado;
- b) Proposta de preço com indicação do preço total e para cada tipologia de concerto (concertos em formação de orquestra completa, concertos musica de câmara e concertos pedagógicos) e deve mencionar expressamente que o preço apresentado está isento de IVA;
- c) Descrição técnica e musical – contendo programas musicais detalhados – para efeitos de divulgação em comunicação social;
- d) Certidão Permanente ou, no caso de pessoa coletiva sem fins lucrativos, Estatutos e atas de tomada de posse/designação dos órgãos sociais, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório, sob pena de exclusão,
- e) Declaração de inexistência de impedimentos, que consta do presente convite, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório, sob pena de exclusão.

4.1 - Os documentos apresentados devem ser assinados pelo representante legal do Concorrente, ou por Procurador com poderes para o obrigar.

4.2 - Sempre que a assinatura dos documentos seja realizada por Procurador, juntar-se-á procuração que confira expressamente a este último poderes para o efeito, reconhecida e certificada por entidade com poderes para tal.

5 - Todos os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, n.º 1 do artigo 58.º do CCP.

6 - Prazo para apresentação da proposta: Até às **23h59m do 5.º dia** a contar da data da publicação do procedimento na plataforma acingov.

7 - Modo de apresentação da proposta: A proposta e os documentos que a acompanham devem, nos termos do art.º 62.º do Código dos Contratos Públicos, ser enviados através da plataforma eletrónica para [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

7.1 - Os Concorrentes deverão assinar eletronicamente, e de forma individualizada, todos os documentos carregados na Plataforma, mediante a utilização de Certificado de Assinatura Qualificada, nos termos do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

7.2 - Nos casos em que o Certificado Digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

8 - Não é permitida apresentação de propostas variantes.

9 - Caução: Não é exigida a prestação de caução.

10 - Prazo para apresentação de documentos: O prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de **5 dias**, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 86º do CCP, fixa-se em **2 dias** o prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.

11 - A proposta apresentada não será objeto de negociação.

12 - O preço base, sendo o entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade dos serviços a executar no presente procedimento é de **74.990,00 € (setenta e quatro mil, novecentos e noventa euros)**, isentos de IVA.

12.1 - O Valor máximo que o Município se dispõe a pagar por cada evento é:

- Concertos em formação de orquestra completa: 4.499,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa e nove euros).

- Concertos Musica de Câmara: 641,00 (seiscentos e quarenta e um euros).
- Concertos Pedagógicos: 1.501,00 (mil, quinhentos e um euros).

13 - Para formação do contrato, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP.
- c) Declaração Registo Central de Beneficiário Efetivo atualizada, nos termos da Lei 89/2017, de 21 de agosto, com comprovativo da respetiva consulta.

14 - Anexa-se Caderno de Encargos.

**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
**(Declaração de inexistência de impedimentos)**

....., titular do CC n.º ....., NIF ....., residente ....., na qualidade de representante de ....., número de identificação fiscal ....., com sede em....., declara, sob compromisso de honra e para efeitos do disposto no artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que, por si e pela sua representada, não é titular de órgãos da Administração Pública ou seu agente, bem como de quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontre no exercício de poderes públicos, e que, por essa razão, não possa intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, no caso promovido pelo Município de Amarante, no âmbito do procedimento de contratação para (designação procedimento).....

Mais declara que tem pleno conhecimento que a sua participação no procedimento, em violação do disposto naquelas disposições legais, consubstancia a prática de um crime, assim como a prestação de falsas declarações constitui contraordenação muito grave conforme previsto no artigo 456.º alínea e), do CCP.

...(local), .... de (dia) ..... de (mês) ..... (ano)

(assinatura do representante através de certificado digital qualificado que relacione diretamente o assinante com a sua função e poderes para obrigar a entidade representada ou através de reconhecimento legal de assinatura com menções especiais)